TRADUÇÕES

ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA*
A problemática dos lugares

Pierre Nora**

*Tradução: Yara Aun Khoury****

I. O fim da história-memória

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida - uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Pensemos nessa mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial. Esse desmoronamento central de nossa

* In: *Les lieux de mémoire.* I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII - XLII. Tradução autorizada pelo Editor.

** Diretor de estudos na "Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales".

***Departamento de História, PUC-SP.

memória só é, no entanto, um exemplo. É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade.

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito - e a nossa, que só é história, vestígio e trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo.

Esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória. O fato que só exista uma palavra em francês para designar a história vivida e a operação intelectual que a torna inteligível (o que os alemães distinguem por ***Geschichte*** e ***Historie***), enfermidade de linguagem muitas vezes salientada, fornece aqui sua profunda verdade: o movimento que nos transporta é da mesma natureza que aquele que o representa para nós. Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação

carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. Pensemos nos judeus, confinados na fidelidade cotidiana ao ritual da tradição. Sua constituição em "povo da memória" excluía uma preocupação com a história, até que sua abertura para o mundo moderno lhes impos a necessidade de historiadores.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é desligitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória.

Um dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar recente, na França, de uma consciência historiográfica. A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas; nosso meio de memória, por excelência. Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história "total", toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha. Nenhum dos grandes historiadores, desde Froissart, tinha, sem dúvida, o sentimento de só representar uma memória particular. Comynes não tinha consciência de recolher só uma memória dinástica, La Popelinière uma memória francesa, Bossuet uma memória monárquica e cristã, Voltaire a memória dos progressos do gênero humano, Michelet unicamente aquela do "povo" e Lavisse só a memória da nação. Muito pelo contrário, eles estavam imbuidos do sentimento que seu papel consistia estabelecer uma memória mais positiva do que as precedentes, mais globalizante e mais explicativa. O arsenal científico do qual a história foi dotada no século passado só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira. Todos os grandes remanejamentos históricos consistiram em alargar o campo da memória coletiva.

Num país como a França, a história da história não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores. Mas alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica, é a história que se empenha em emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela. Num país que não daria à história um papel diretor e formador da consciência nacional, a história da história não se encarregaria desse conteúdo polêmico. Nos Estados Unidos, por exemplo, país de memória plural e de contribuições múltiplas, a disciplina foi sempre praticada. As diferentes interpretações da Independência ou da guerra civil, apesar de suas implicações, por mais pesadas que sejam as tramas, não questionam a Tradição americana, seja porque, num certo sentido, ela não exista, ou não passe principalmente pela história. Ao contrário, na França a historiografia é iconoclasta e irreverente. Ela consiste em tomar para si os objetos melhor constituídos da tradição - uma batalha chave, como Bouvines, um manual canônico, como o pequeno Lavisse - para demonstrar o mecanismo e reconstituir ao máximo as condições de sua elaboração. É introduzir a dúvida no coração, a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história. Fazer a historiografia da Revolução

Francesa, reconstituir seus mitos e suas interpretações, significa que nós não nos identificamos mais completamente com sua herança. Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador. Ora, não são unicamente os objetos mais sagrados de nossa tradição nacional que se propõe uma história da história; interrogando-se sobre seus meios materiais e conceituais, sobre os procedimentos de sua própria produção e as etapas sociais de sua difusão, sobre sua própria constituição em tradição, toda a história entrou em sua idade historiográfica, consumindo sua desidentificação com a memória. Uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível.

Houve um tempo em que, através da história e em torno da Nação, uma tradição de memória parecia ter achado sua cristalização na síntese da III República. Desde ***Lettres sur l'histoire de France***, de Augustin Thierry (1827) até a ***Histoire sincère de la nation française***, de Charles Seignobos, adotando uma larga cronologia. História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado. Presente fragilizado pelo traumatismo revolucionário que impunha uma reavaliação global do passado monárquico; fragilizado também pela derrota de 1870 que só tornava mais urgente, com relação à ciência alemã como ao instrutor alemão, o verdadeiro vencedor de Sadowa, o desenvolvimento de uma erudição documentária e da transmissão escolar da memória. Nada se equipara ao tom de responsabilidade nacional do historiador, meio padre, meio soldado: ele manifesta-se, por exemplo, no editorial do primeiro número da ***Revue historique*** (1876) onde Gabriel Monod podia legitimamente ver a "investigação científica, doravante lenta, coletiva e metódica" trabalhar de uma "maneira secreta e segura para a grandeza tanto da pátria quanto do gênero humano". Lendo-se um tal texto como cem outros semelhantes, pergunta-se como se pode acreditar na idéia que a história positivista não era cumulativa. Na perspectiva finalizada de uma constituição nacional, o político, o militar, o bibliográfico e o diplomático são, ao contrário, os pilares da continuidade. A derrota de Azincourt ou o punhal de Ravaillac, o dia dos Dupes ou uma tal cláusula adicional dos tratados de Westphalia sobressaem de uma contabilidade escrupulosa. A erudição a mais aguda soma ou subtrai um detalhe ao capital da nação. Unidade poderosa desse espaço de memória: de nosso berço greco-romano ao império colonial da III República, não mais cesura do que entre a alta erudição que anexa ao patrimônio novas conquistas e o manual escolar que impõe a vulgata. História santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado.

Compreender porque a conjunção se desfez sob um novo impulso dessacralizante resultaria em mostrar como, na crise dos anos trinta, substituiu-se progressivamente a dupla Estado-Nação pela dupla Estado-Sociedade. E como, ao mesmo tempo, e por razões idênticas, a história, que se tinha tornado tradição de memória, se fez, de maneira espetacular na França, saber da sociedade sobre si mesma. Nesse sentido, ela pôde multiplicar, sem dúvida, os lances de projetores sobre memórias particulares e se transformar em laboratório das mentalidades do passado; mas liberando-se da identificação nacional, ela deixou de ser habitada por um sujeito portador e, no mesmo lance, ela perdeu sua vocação pedagógica na transmissão de valores: a crise da escola está aí para demonstrá-lo. A nação não é mais o quadro unitário que encerrava a consciência da coletividade. Sua definição não está mais em questão, e a paz, a prosperidade e sua redução de poder fizeram o resto; ela só está ameaçada pela ausência de ameaças. Com a emergência da sociedade no lugar e espaço da Nação, a legitimação pelo passado, portanto pela história, cedeu lugar à legitimação pelo futuro. O passado, só seria possível conhecê-lo e venerá-lo, e a Nação, servi-la; o futuro, é preciso prepará-lo. Os três termos recuperaram sua autonomia. A nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória.

O estudo dos lugares encontra-se , assim, na encruzilhada de dois movimentos que lhe dão, hoje na França, seu lugar e seu sentido: de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituida. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro. Dinâmica interna do princípio crítico, esgotamento de nosso quadro histórico político e mental, suficientemente poderoso ainda para não nos deixar indiferentes, bem pouco consistente para só se impor por um retorno sobre seus mais evidentes símbolos. Os dois movimentos se combinam para nos remeter de uma só vez, e com o mesmo *élan*, aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de nossa memória: os Arquivos da mesma forma que as Três Cores, as bibliotecas, os dicionários e os museus com o mesmo atributo que as comemorações, as festas, o Panthéon ou o Arco do Triunfo; o dicionário Larousse e o muro dos Federados.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a

ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

A Marselhesa ou os monumentos aos mortos vivem, assim, essa vida ambígua, sovada do sentimento mixto de pertencimento e de desprendimento. Em 1790, o 14 de julho já era e ainda não um lugar de memória. Em 1880, sua instituição em festa nacional em lugar de memória oficial, mas o espírito da República fazia dele um recurso verdadeiro. E hoje? A própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela um olhar que não é mais nem ingênuo, nem indiferente. Memória que nos pressiona e que já não é mais a nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga

a considerar com um olhar frio a herança e a inventariá-la. Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica. Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica; é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações.

II. A memória tomada como história

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história.

Sem dúvida é impossível não se precisar dessa palavra. Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta, o que aconteceu? Pode-se apreender o que aconteceu, no ponto de chegada da metamorfose contemporânea.

É, antes de tudo, uma memória, diferentemente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço , mais material no vestígio, mais concreto no registro , mais visível na imagem. O movimento que começou com a escrita termina na alta fidelidade e na fita magnética. Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável. Já não lamentamos o bastante, em nossos predecessores, a destruição

ou o desaparecimento daquilo que nos permitiria saber, para não cair na mesma recriminação por parte de nossos sucessores? A lembrança é passado completo em sua reconstituição a mais minuciosa. É uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta. Colecionadores, eruditos e beneditinos consagravam-se antigamente à acumulação documentária, como marginais de uma sociedade que avançava sem eles e de uma história que era escrita sem eles. Pois a história-memória havia colocado esse tesouro no centro de seu trabalho erudito para difundir o resultado pelas mil etapas sociais de sua penetração. Hoje onde os historiadores se desprenderam do culto documental, toda a sociedade vive na religião conservadora e no produtivismo arquivístico. O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A "memória de papel" da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentaçào, bancos de dados. Somente para os arquivos públicos, os especialistas avaliam que a revolução quantitativa, em algumas décadas, traduziu-se numa multiplicação por mil. Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é sua negação. Impossível de prejulgar aquilo de que se deverá lembrar. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória. Uma estranha vira-volta operou-se entre os profissionais, a quem se reprovava antigamente a mania conservadora, e os produtores naturais de arquivos. São hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada.

Assim, a materialização da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se. Nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à

Igreja e ao Estado. Quem não se crê autorizado hoje a consignar suas lembranças, a escrever suas Memórias, não somente os pequenos atores da história, como também os testemunhos desses atores, sua esposa e seu médico? Menos o testemunho é extraordinário, mais ele parece digno de ilustrar uma mentalidade média. A liquidação da memória foi soldada por uma vontade geral de registro. Numa geração, o museu imaginário do arquivo enriqueceu-se prodigiosamente. O ano do patrimônio, em 1980, forneceu um exemplo evidente, levando a nação até às fronteiras do incerto. Dez anos mais cedo, o Larousse de 1970 limitava ainda o patrimônio ao "bem que vem do pai ou da mãe". O ***"Petit Robert"*** de 1979 faz "da propriedade transmitida pelos ancestrais, o patrimônio cultural de um país". Passou-se, muito bruscamente, de uma concepção muito restritiva dos monumentos históricos, com a convenção sobre os sítios de 1972, a uma concepção que, teoricamente, não poderia deixar nada escapar.

Não somente tudo guardar, tudo conservar dos sinais indicativos de memória, mesmo sem se saber exatamente de que memória são indicadores. Mas produzir arquivo é o imperativo da época. Tem-se o exemplo perturbador com os arquivos da Segurança Social - soma documental sem equivalente, representando, hoje, trezentos quilômetros lineares, massa de memória bruta cujo inventário pelo computador permitiria, idealmente, ler tudo sobre o normal e sobre o patológico da sociedade, desde os regimes alimentares até os modos de vida, por regiões e por profissões; mas, ao mesmo tempo, massa cuja conservação, tanto quanto a exploração concebível demandariam escolhas drásticas e, portanto, impraticáveis. Arquive-se, arquive-se, sempre sobrará alguma coisa! Não é outro exemplo gritante, o resultado a que chega, de fato, a muito legítima preocupação das enquetes orais recentes? Há atualmente, somente na França, mais de trezentas equipes ocupadas com o recolhimento "destas vozes que vem do passado" (Philippe Joutard). Muito bem. Mas quando se pensa, por um instante, que aí se trata de arquivos de um gênero muito especial, cujo estabelecimento exige trinta e seis horas por uma hora de gravação e cuja utilização só pode ser pontual, pois que elas tiram seu sentido da audição integral, é impossível não se indagar sobre as possibilidades de sua exploração. Que vontade de memória elas testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores? O arquivo muda de sentido e de "status" simplesmente por seu peso. Ele não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido, que se desenvolve, muitas vezes, em função de seu próprio registro - as atualidades são feitas de outra coisa? -, de uma memória secundária, de uma memória - prótese. A pro-

indefinida do arquivo é o efeito aguçado de uma nova consciência, a mais clara expressão do terrorismo da memória historicizada.

É que esta memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual, pois que ela não é mais uma prática social.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obsecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituidos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu. O crescimento das pesquisas genealógicas é um fenômeno recente e maciço: o relatório anual dos Arquivos nacionais o cifra em 43% em 1982 (contra 38% da freqüência universitária). Fato surpreendente: não devemos a historiadores profissionais as histórias mais significativas da biologia, da física, da medicina, ou da música, mas a biólogos, físicos, médicos e músicos. São os próprios educadores que tomaram em mãos a história da educação, a começar pela educação física, até o ensino da filosofia. Com o abalo dos saberes constituidos, cada disciplina se colocou o dever de verificar seus fundamentos pelo caminho retrospectivo de sua própria constituição. A sociologia parte em busca de seus pais fundadores, a etnologia, desde os cronistas do século XVI até os administradores coloniais se põe a explorar seu próprio passado. Até mesmo a crítica literária dedica-se a reconstituir a gênese de suas categorias e de sua tradição. A história toda positivista, mesmo a "chartista" no momento em que os historiadores a abandonaram, encontra nessa urgência e nessa necessidade uma difusão e uma penetração em profundidade que ela ainda não havia conhecido. O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história.

Está dada a ordem de se lembrar, mas cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro. O preço da metamorfose histórica da memória foi a conversão definitiva à psicologia individual. Os dois fenômenos estão tão estreitamente ligados que não se pode impedir de salientar até sua exata coincidência cronológica. Não é no fim do século passado, quando se sentem os abalos decisivos dos equilíbrios tradicionais, particularmente o desabamento do mundo rural, que a memória faz sua aparição no centro da reflexão filosófica, com Bergson, no centro da personalidade psíquica,

com Freud, no centro da literatura autobiográfica, com Proust? A violação do que foi, para nós, a própria imagem da memória encarnada e a brusca emergência da memória no coração das identidades individuais são como as duas faces da mesma cisão, o começo do processo que explode hoje. Não devemos efetivamente a Freud e a Proust os dois lugares de memória íntimos e ao mesmo tempo universais que são a cena primitiva e a célebre pequena madalena? Deslocamento decisivo que se transfere da memória: do histórico ao psicológico, do social ao individual, do transsissivo ao subjetivo, da repetição à rememoração. Inaugura-se um novo regime de memória, questão daqui por diante privada. A psicologização integral da memória contemporânea levou a uma economia singularmente nova da identidade do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado.

Porque a coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coersão interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. É como uma voz interior que dissesse aos Corsos: "Você deve ser Corso", e ao Bretões: "É preciso ser Bretão!". Para compreender a força e o chamado deste desígnio, talvez fosse necessário voltar-se para a memória judaica, que conhece hoje, em tantos judeus desjudaizados, uma recente reativação. Nesta tradição que só tem como história sua própria memória, ser judeu, é se lembrar de ser judeu, mas esta lembrança irrefutável, uma vez interiorizada, o aprisiona cada vez mais. Memória de que? Em última instância, memória da memória. A psicologização da memória deu a cada um o sentimento que sua salvação dependeria, finalmente, do quitar uma dívida impossível.

Memória arquivo, memória dever, é preciso um terceiro traço para completar esse quadro de metamorfoses: memória-distância.

Porque nossa relação com o passado, ao menos do modo como ele se revela através das produções históricas as mais significativas, é completamente diferente daquela que se espera de uma memória. Não mais uma continuidade retrospectiva, mas o colocar a descontinuidade à luz do dia. Para a história-memória de antigamente, a verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado. Um esforço de lembrança poderia ressucitá-lo; o pre-

sente tornando-se, ele próprio, a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por essa solda e por essa ancoragem. Sem dúvida, para que haja um sentimento do passado, é necessário que ocorra uma brecha entre o presente e o passado, que apareça um "antes" e um "depois". Mas trata-se menos de uma separação vivida no campo da diferença radical do que um intervalo vivido no modo da filiação a ser restabelecida. Os dois grandes temas de inteligibilidade da história, ao menos a partir dos Tempos modernos, progresso e decadência, ambos exprimiam bem esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e ao que devíamos o que somos. Donde a imposição da idéia das "origens", forma já profana da narrativa mitológica, mas que contribuia para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens eram grandes, mais elas nos engrandeciam. Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balisado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. Não se falará mais de "origens", mas de "nascimento". O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade, - como na operação que, de um golpe, a suprime.

Porque não se deveria crer que o sentimento da descontinuidade se satisfaz com o vago e o difuso da noite. Paradoxalmente, a distância exige a reaproximação que a conjura e lhe dá, ao mesmo tempo, sua vibração. Nunca se desejou de maneira tão sensual o peso da terra sobre as botas, a mão do Diabo do ano mil, e o fedor das cidades no século XVIII. Mas a alucinação artificial do passado só é precisamente concebível num regime de descontinuidade. Toda a dinâmica de nossa relação com o passado reside nesse jogo sutil do impenetrável e do abolido. No sentido inicial da palavra, trata-se de uma representação radicalmente diferente daquela trazida pela antiga ressurreição. Tão integral quanto ela se quis, a ressurreição implicava, com efeito, numa hierarquia da lembrança hábil em ajeitar as sombras e a luz para ordenar a perspectiva do passado sob o olhar de um presente finalizado. A perda de um princípio explicativo único precipitou-nos num universo fragmentado, ao mesmo tempo em que promoveu todo objeto, seja o mais humilde, o mais improvável, o mais inacessível, à dignidade do mistério histórico. Nós sabíamos, antigamente, de quem éramos filhos e hoje somos filhos de ninguém e

dę todo mundo. Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido. A representação exclui o afresco, o fragmento, o quadro de conjunto; ela procede através de iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas. Memória intensamente retiniana e poderosamente televisual. Como não fazer a ligação, por exemplo, entre o famoso "retorno da narrativa" que pudemos notar nas mais recentes maneiras de se escrever a história e o poder total da imagem e do cinema na cultura contemporânea? Narrativa, na verdade, bem diferente da narrativa tradicional, fechada sobre si mesma e com seu recorte sincopado. Como não ligar o respeito escrupuloso pelo documento de arquivo - colocar a própria peça sob seus olhos -, o particular avanço da oralidade - citar os atores, fazer ouvir suas vozes -, à autenticidade do direto ao qual fomos habituados? Como não ver , nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? E nessas biografias de anônimos, o meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada. Como não ler nessas bulas do passado que nos fornecem tantos estudos de micro-história, a vontade de igualar a história que reconstruimos à história que vivemos? Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir; e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.

Esta alquimia do essencial contribui de maneira bizarra, para fazer o exercício da história, cujo impulso brutal em direção ao futuro deveria tender a nos proporcionar, o depositário dos segredos do presente. Aliás, a operação traumática realiza-se menos pela história do que pelo historiador. Estranho destino o seu. Seu papel era simples antigamente e seu lugar inscrito na sociedade: se fazer a palavra do passado e barqueiro do futuro. Nesse sentido, sua pessoa contava menos do que seu serviço; cabia-lhe ser apenas uma transparência erudita, um veículo de transmissão, um traço de união o mais leve possível entre a materialidade bruta da documentação e a inscrição na memória. Em última instância, uma ausência obsessiva de objetividade. Da explosão da história-memória emerge um novo personagem, pronto a confessar, diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com seu sujeito. Ou melhor, a proclamá-lo, a aprofundá-lo e a fazer, não o obstáculo, mas a alavanca de sua compreensão. Porque esse sujeito deve tudo a

sua subjetividade, sua criação, sua recriação. É ele o instrumento do metabolismo, que dá sentido e vida a quem, em si e sem ele, não teria nem sentido nem vida. Imaginemos uma sociedade inteiramente absorvida pelo sentimento de sua própria historicidade; ela estaria impossibilitada de produzir historiadores. Vivendo integralmente sob o signo do futuro, ela se contentaria de processos de gravação automáticos de si mesma e se satisfaria com máquinas de se auto contabilizar, mandando de volta para um futuro indefinido a tarefa de se compreender a si mesma. Em contrapartida, nossa sociedade, certamente arrancada de sua memória pela amplitude de suas mudanças, mas ainda mais obcecada por se compreender historicamente, está condenada a fazer do historiador um personagem cada vez mais central, porque nele se opera aquilo de que ela gostaria mas não pode dispensar: o historiador é aquele que impede a história de ser somente história.

Da mesma forma que devemos à distância panorâmica o grande plano e ao estranhamento definitivo uma hiperveracidade artificial do passado, a mudança do modo de percepção reconduz obstinadamenrte o historiador aos objetos tradicionais dos quais ele se havia desviado, os usuais de nossa memória nacional. Vejam-na novamente na soleira da casa natal, a velha morada nua, irreconhecível. Com os mesmos móveis de família, mas sob uma nova luz. Diante da mesma oficina, mas para uma outra obra. Na mesma peça, mas para um outro papel. A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória.

III. Os lugares de memória, uma outra história

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo

tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. Se o princípio dessa prioridade fosse abandonado, rapidamente derivar-se-ia de uma definição estreita, a mais rica em potencialidades, para uma definição possível, mais maleável, susceptível de admitir na categoria todo objeto digno de uma lembrança. Um pouco como as boas regras da crítica histórica de antigamente, que distinguiam sabiamente as "fontes diretas", isto é, aquelas que uma sociedade voluntariamente produziu para serem reproduzidas como tal - uma lei, uma obra de arte, por exemplo - e a massa indefinida de "fontes indiretas", isto é todos os testemunhos deixados por uma época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história.

Em contrapartida, está claro que, se a história, o tempo, a mudança não interviessem, seria necessário se contentar com um simples histórico dos memoriais. Lugares portanto, mas lugares mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

Dois exemplos, em registros diferentes. Veja-se o calendário revolucionário: se é lugar de memória, visto que, enquanto calendário, ele deveria fornecer os quadros *a priori* de toda memória possível e enquanto é revolucionário, ele se proporia , por sua nomenclatura e por sua simbologia, a "abrir um novo livro para a história" como ambiciosamente diz seu organizador, e "transportar inteiramente os franceses para si mesmos", segundo um outro de seus relatores. E, nesse objetivo,

parar a história no momento da Revolução, indexando o futuro dos meses, dos dias, dos séculos, e dos anos sobre a imagem da epopéia revolucionária. Títulos já suficientes! O que, no entanto, o constitui ainda mais como lugar de memória, aos nossos olhos, é sua derrota em se tornar aquilo que quiseram seus fundadores. Estivéssemos, ainda hoje, vivendo sob seu ritmo, ele teria se nos tornado tão familiar, como um calendário gregoriano, que teria perdido sua virtude de lugar de memória. Ele teria se fundido à nossa paisagem memorial e só serviria para compatibilizar todos os outros lugares de memória imagináveis. Mas sua derrota não é total: datas-chaves, acontecimentos emergem para sempre a ele ligados, *Vendémiaire, Thermidor, Brumaire*. E os motivos de memória viram-se sobre si mesmos, duplicam-se em espelhos deformantes que são sua verdade. Nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores.

Tomemos, desta vez, o célebre caso *Tour de la France par deux enfants*: lugar de memória igualmente indiscutível, pois que, da mesma forma que o "Petit Lavisse", formou a memória de milhões de jovens Franceses, no tempo em que um ministro da instrução pública podia tirar seu relógio de seu bolso para declarar de manhã, às oito horas e cinco minutos: "Todas as nossas crianças passam os Alpes." Lugar de memória, também, pois que inventário do que é preciso saber sobre a França, narração identificadora e viagem iniciadora. Mas as coisas se complicam: uma leitura atenta logo mostra que, desde o seu aparecimento, em 1877, *Le Tour* esteriotipa uma França que não existe mais e que, nesse ano do 16 de maio, que vê a solidificação da República, tira sua sedução de um sutil encantamento pelo passado. Livro para crianças cujo sucesso se deve, em parte, à memória dos adultos, como sempre. Eis para o montante da memória, e para o seu jusante? Trinta e cinco anos após sua publicação, quando a obra ainda reina às vésperas da guerra, ela é certamente lida como chamada, tradição já nostálgica: prova disso, apesar de seu remanejamento e de sua atualização, a edição antiga parece vender melhor do que a nova. Depois o livro fica mais raro, só é utilizado nos meios residuais, no fundo de campos distantes; ele é esquecido. *Le Tour de la France* torna-se aos poucos raridade, tesouro de sótão, ou documento para os historiadores. Ele deixa a memória coletiva para entrar na memória histórica, depois na memória pedagógica. Para o seu centenário, em 1977, no momento em que *Le Cheval d'Orgueil* alcança um milhão de exemplares e quando a França giscardiana e industrial, mas já atingida pela crise econômica, descobre sua memória oral e suas raízes camponesas, ele é reimpresso, e *Le Tour* entra novamente na memória coletiva, não a mesma, enquanto espera novos esquecimentos e novas reincarnações. O que patenteia essa vedete dos lugares da memória, sua

intenção inicial ou o retorno sem fim dos ciclos de sua memória? Evidentemente os dois: todos os lugares de memória são objetos no abismo.

Esse mesmo princípio de duplo pertencimento que permite operar, na multiplicidade dos lugares, uma hierarquia, uma delimitação de seu campo, um repertório de suas escalas. Se vemos efetivamente as grandes categorias de objetos que sobressaem do gênero - tudo o que vem do culto dos mortos, tudo que sobressai do patrimônio, tudo o que administra a presença do passado no presente -, está portanto claro que alguns, que não entram na estrita definição, podem isso pretender e que, inversamente, muitos, a maior parte mesmo daqueles que dele fazem parte por princípio, devem, de fato ser excluídos. O que constitui certos sítios pré-históricos, geográficos ou arqueológicos em lugares, e mesmo em lugares de destaque, é muitas vezes o que deveria precisamente lhes ser proibido, a ausência absoluta de vontade de memória, compensada pelo peso esmagador de que o tempo, a ciência, o sonho e a memória dos homens os carregou. Em contrapartida, qualquer limite que tem a mesma importância que o Rhin, ou o "Finistère", esse "fim de terra", as quais as célebres páginas de Michelet, por exemplo, deram seus títulos de nobreza. Toda constituição, todo tratado diplomático são lugares de memória, mas a constituição de 1793, não da mesma forma que a de 1791, com a Declaração dos direitos do homem, lugar fundador de memória; e a paz de Nimègue, não da mesma forma que as duas extremidades da história da Europa, a divisão de Verdun e a conferência de Yalta.

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mixtos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar da memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimento não são, por definição, lugares de memória? As duas questões exigem uma resposta precisa.

Entre os livros de história são unicamente lugares de memória aqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os breviários pedagógicos. Os grandes momentos de fixação de uma nova memória histórica não são tão numerosos na França. No século XIII, as *Grandes Chroniques de France* condensam a memória dinástica e estabelecem o modelo de vários séculos de trabalho histórico. É, no século XVI, durante as guerras de religião, a escola dita da "história perfeita" destroi a lenda das origens troianas da monarquia e restabelece a antiguidade gaulesa: as *Recherches de la France*, de Etienne Pasquier (1599), constituem, na própria modernidade do título, uma ilustração emblemática. A ilus-

tração do fim da Restauração introduz bruscamente a concepção moderna de história: as *Lettres sur l'histoire de France*, de Augustin Thierry (1820) constituindo o início e sua publicação definitiva em volume, em 1827 coincidindo, próximo de alguns meses, com o verdadeiro primeiro livro de um ilustre debutante, o ***Précis d'histoire moderne*** de Michelet, e o começo do curso de Guizot sobre "a história da civilização da Europa e da França". Enfim, a história nacional positiva cuja *Revue historique* representa o manifesto (1876) e cuja *Histoire de France* de Lavisse, em vinte e sete volumes, constitui o monumento. O mesmo as memórias que, por seu próprio nome, poderiam parecer lugares de memória; ou mesmo as autobiografias ou os jornais íntimos. As *Mémoires d'outre-tombe*, a *Vie de Henry Brulard*, ou o *Journal d'Amiel* são lugares de memória, não porque são melhores ou maiores, mas porque eles complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória. Pode-se dizer o mesmo das Memórias de homens de Estado. De Sully a de Gaulle, do *Testament* de Richelieu ao *Mémorial de Sainte-Helène* e ao *Journal* de Poincaré, independentemente do valor desigual dos textos, o gênero tem suas constantes e suas especificidades: implica num saber de outras Memórias, num desdobramento do homem de escrita e do homem de ação, na identificação de um discurso individual com outro coletivo e na inserção de uma razão particular numa razão de Estado: tantos motivos que obrigam, num panorama da memória nacional, a considerá-los como lugares.

E os grandes acontecimentos? Somente dois tipos dentre eles são relevantes, que não dependem, em nada, de seu tamanho. De um lado os acontecimentos, por vezes ínfimos, apenas notados no momento, mas aos quais, em contraste, o futuro retrospectivamente conferiu a grandiosidade das origens, a solenidade das rupturas inaugurais. De outro lado, os acontecimentos onde, no limite, nada acontece, mas que são imediatamente carregados de um sentido simbólico e que são eles próprios, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração antecipada.; a história contemporânea, interposta pela mídia, multiplicando todos os dias tentativas de natimortos. De um lado, por exemplo, a eleição de Hugo Capeto, incidente sem destaque mas ao qual uma posteridade de dez séculos terminada no cadafalço atribui um peso que ele não tinha na origem. De outro lado, o vagão de Rethondes, o apertar a mão de Montoire ou a descida dos Champs Elysées na Liberação. O acontecimento fundador ou o acontecimento espetáculo. Mas em nenhum caso o próprio acontecimento; admiti-lo dentro da noção significaria negar a especificidade. É, ao contrário, sua exclusão que a delimita: a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos.

Nada impede, em contrapartida, no interior do campo, que se imaginem todas as distribuições possíveis e todas as classificações necessárias. Desde os lugares mais naturais, oferecidos pela experiência concreta, como os cemitérios, os museus, e os aniversários, até os lugares mais intelectualmente elaborados, dos quais ninguém se privará; não somente a noção de geração, já evocada, de linhagem, de "região-memória", mas aquela de "partilhas", sobre as quais estão fundadas todas as percepções do espaço francês, ou as de "paisagem como pintura", imediatamente inteligível, se pensamos particularmente em Corot ou em *Sainte-Victoire* de Cézanne. Se insistimos sobre o aspecto material dos lugares, eles próprios se dispõem num vasto degradê. Veja-se, primeiro, os portáteis, não os menos importantes visto que o povo da memória dá um exemplo maior com as tábuas da lei; veja-se o topográfico, que devem tudo a sua localização exata e a seu enraizamento ao solo: assim, por exemplo, todos os lugares turísticos, assim a Biblioteca nacional tão ligada ao hotel Mazarin quanto os Arquivos nacionais ao hotel Soubise. Veja-se os lugares monumentais, que não saberíamos confundir com os lugares arquiteturais. Os primeiros, estátuas ou monumentos aos mortos, conservam seu significado em sua existência intrínseca; mesmo se sua localização está longe de ser indiferente, uma outra encontraria sua justificação sem alterar a deles. O mesmo não acontece com os conjuntos construídos pelo tempo, e que tiram sua significação das relações complexas entre seus elementos: espelhos do mundo ou de uma época, como a catedral de Chartres ou o palácio de Versalhes.

Apegar-nos-emos, ao contrário à dominante funcional? Desdobrar-se-á o leque dos lugares nitidamente consagrados à manutenção de uma experiência intransmissível e que desaparecem com aqueles que o viveram, como as associações de antigos combatentes, aqueles cuja razão de ser, também passageira, é de ordem pedagógica, como os manuais, os dicionários, os testamentos ou os "livros de razão" que, na época clássica, os chefes de família redigiam para o uso de seus descendentes. Seremos nós, enfim, mais sensíveis ao componente simbólico? Oporemos, por exemplo, os lugares dominantes aos lugares dominados. Os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Mais nos deixamos levar do que vamos a eles. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória. De um lado o Sacré-Coeur, de outro, a peregrinação popular a Lourdes; de um lado, os funerais nacionais de Paul Valéry, de outro, o enterro de Jean-Paul Sartre; de um lado a cerimônia fúnebre de De Gaulle em Notre Dame, de outro, o cemitério de Colombey.

Poderíamos refinar infinitamente as classificações. Opor os lugares públicos aos lugares privados, os lugares de memória puros, que esgotam inteiramente sua função comemorativa - como os elogios fúnebres, Douaumont ou o muro dos Federados -, e aqueles cuja dimensão de memória é uma só entre o feixe de suas significações simbólicas, bandeira nacional, circuito de festa, peregrinações, etc. O interesse desse esboço de tipologia não está nem em seu rigor nem em sua exaustão. Nem mesmo em sua riqueza evocadora. Mas no fato que ela seja possível. Ela mostra que um fio invisível liga objetos sem uma relação evidente, e que a reunião sob o mesmo chefe do Père-Lachaise e da Estatística geral da França não é o encontro surrealista do guarda chuva e do ferro de passar. Há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares são nosso momento de história nacional.

Uma característica simples, mas decisiva, os coloca radicalmente a parte de todos os tipos de história, antigos e novos, aos quais estamos habituados. Todas as aproximações históricas e científicas da memória, sejam elas dirigidas a da nação ou a das mentalidades sociais, tinham a ver com a *realia*, com as próprias coisas cuja realidade em sua maior vivacidade elas se esforçavam por apreender. Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente , eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

É o que faz sua história a mais banal e a menos comum. Assuntos evidentes, material o mais clássico, fontes disponíveis, os métodos menos sofisticados. Teríamos a impressão de retornar à história de anteontem. Mas trata-se de outra coisa. Esses objetos só são apreensíveis na empiria a mais imediata, mas o mecanismo, a trama está em outro lugar, inapto para se exprimir nas categorias da história tradicional. Crítica histórica tornada toda história crítica, e não somente de seus próprios instrumentos de trabalho. Despertada de si mesma para viver no segundo grau. História puramente transferencial que, como a guerra, é uma arte de execução, feita da felicidade frágil da relação com o objeto refrescado e do envolvimento do

historiador com seu sujeito. Uma história que só repousa, afinal das contas, sobre o que ela mobiliza, um laço firme, impalpável, apenas dizível, o que permanece em nós de apego carnal desenraizável a esses símbolos, no entanto, já murchos. Revivência de uma história à moda Michelet, que faz invencivelmente pensar nesse acordar do luto do amor do qual Proust falou tão bem, esse momento quando a influência obsessiva da paixão se levanta, enfim, mas quando a verdadeira tristeza é de não mais sofrer daquilo que nos fez tanto sofrer e que só passamos a compreender com as razões da cabeça e mais o irracional do coração.

Referência bem literária. Deve-se lamentá-la ou, ao contrário, justificá-la completamente? Ela a conserva uma vez mais da época. A memória, com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram, aliás, exercidas paralelamente mas, até hoje, separadamente. A fronteira hoje desaparece e sobre a morte quase simultânea da história-memória e da história-ficção, nasce um tipo de história que deve seu prestígio e sua legitimidade à sua nova relação com o passado, um outro passado. A história é nosso imaginário de substituição. Renascimento do romance histórico, moda do documento personalizado, revitalização li-terária do drama histórico, sucesso da narrativa de história oral, como seriam explicados senão como a etapa da ficção enfraquecida? O interesse pelos lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura.